



Redes. Revista do Desenvolvimento
Regional

ISSN: 1414-7106

revistaredes@unisc.br

Universidade de Santa Cruz do Sul
Brasil

Dias Freitas, Tanise; Graciele Rambo, Anelise; Sartorelli, Anderson
OS MEIOS E AS CONDIÇÕES DE VIDA NO ESPAÇO RURAL: O CASO DAS FAMÍLIAS
PRODUTORAS DE TABACO EM ARROIO DO TIGRE (RS) E LARANJEIRAS DO SUL
(PR)

Redes. Revista do Desenvolvimento Regional, vol. 20, núm. 3, septiembre-diciembre,
2015, pp. 138-173

Universidade de Santa Cruz do Sul
Santa Cruz do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552056819008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

OS MEIOS E AS CONDIÇÕES DE VIDA NO ESPAÇO RURAL: O CASO DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO EM ARROIO DO TIGRE (RS) E LARANJEIRAS DO SUL (PR)¹

THE LIVELIHOODS AND LIFE CONDITIONS IN THE RURAL SPACE: THE CASE OF THE FAMILIES OF TOBACCO PRODUCERS IN ARROIO DO TIGRE (RS) AND LARANJEIRAS DO SUL (PR)

Tanise Dias Freitas

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – RS – Brasil

Anelise Graciele Rambo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Campus Litoral Norte – Tramandaí – RS – Brasil

Anderson Sartorelli

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – RS – Brasil

Resumo: O presente trabalho pretende estabelecer uma análise a partir da realidade de agricultores familiares produtores de tabaco em dois municípios, a saber: Arroio do Tigre, no Rio Grande do Sul e Laranjeiras do Sul, no Paraná. A ideia central está em demonstrar, a partir da análise das condições e dos meios de vida, que a heterogeneidade é uma característica marcante do rural brasileiro, desde a sua organização produtiva até a diversidade socioeconômica, inclusive em regiões tipicamente produtoras de tabaco. Este trabalho tem como base teórica e metodológica a abordagem das capacitações de Amartya Sen e da diversificação dos meios de vida de Frank Ellis, que tratam o desenvolvimento humano e as condições de

¹ Este artigo é oriundo do trabalho “*Heterogeneidade dos meios e das condições de vida no espaço rural: o caso da fumicultura nos municípios de Arroio do Tigre (RS) e Laranjeiras do Sul (PR)*”, apresentado no 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural: heterogeneidades e suas implicações no rural Brasileiro, em Goiânia/GO, 2014.

vida para além do aspecto renda e produtividade. Para captar tais características, foram utilizados dois instrumentos de pesquisa, cujos resultados deram origem a dois índices: o Índice de Meios de Vida – IMV e o Índice de Condições de Vida – ICV. A análise comparativa ocorreu nessa instância de dados. Os resultados demonstraram que mesmo se tratando somente de produtores de tabaco, é necessário atentar para a diversidade das famílias e das demandas locais e regionais, reconhecendo a heterogeneidade dos aspectos econômicos, ambientais, sociais, humanos e físicos do meio rural, não se restringindo à perspectiva técnico–produtiva. Ainda, essa diversidade observada nos meios de vida das famílias pesquisadas em ambos os municípios – que se referem, entre outros, ao grau de diversificação das famílias, à satisfação com a produção do tabaco, às motivações que levaram a investir nessa produção – alerta para a necessidade da compreensão e reconhecimento dessa diversidade por parte das políticas de desenvolvimento regional e rural e, em especial, pelas políticas de diversificação em áreas produtoras de tabaco.

Palavras–chave: Tabaco. Meios de vida. Condições de vida. Desenvolvimento.

Abstract: This paper aims at establishing an analysis starting from the reality of family farmers producing tobacco of two towns, namely: Arroio do Tigre, Rio Grande do Sul and Laranjeiras do Sul, Paraná. The central idea is to demonstrate, from the analysis of the conditions and livelihoods, that heterogeneity is a striking feature of the Brazilian rural, since its productive organization until socioeconomic diversity, particularly in typical tobacco regions. This work has theoretical and methodological bases in the Capability Approach of Amartya Sen and Diversification of Livelihoods Frank Ellis approach which deal with human development and living conditions beyond the aspect income and productivity. To capture these features, methodologically two research instruments were used; the result of these searches has yielded two indices: the Index of Livelihoods (IMV) and the Living Condition Index (LCI). A comparative analysis of data occurred in this instance. The results showed that even when dealing only tobacco producers is necessary to consider the diversity of families and local and regional demands, recognizing the heterogeneity of economic, environmental, social, human and physical aspects of rural areas, not limited to prospect technical–productive. Still, this diversity observed in the livelihoods of families surveyed in both counties – which refer, amongst others the degree of diversification in properties, satisfaction with tobacco production, the motivations that have led to invest in this production – alert to the need for understanding and recognition of this diversity by political regional and rural development and, in particular, the policies of diversification in tobacco–producing areas.

Keywords: Tobacco. Livelihoods. Living conditions. Development.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de muitos anos, a ideia de desenvolvimento tratava, essencialmente, de aspectos como os econômicos, de consumo, da geração de riqueza, etc. A crescente racionalização das sociedades e o

advento da modernidade, bem como o avanço tecnológico, fizeram com que a diversidade e a heterogeneidade cedessem espaço à ideia de que a especialização é a forma mais eficiente e eficaz de produção material e organização social. No meio rural, dava-se ênfase à especialização técnica e produtiva, eficiência e eficácia da produção e racionalização da organização social e do trabalho, principalmente com o “pacote” da Revolução Verde.

Contudo, a partir da década de 1990, essa perspectiva produtivista da modernidade e até mesmo evolucionista – tal como aponta Rostow (1978) – começa a perder espaço entre os estudiosos das ciências sociais e humanas, trazendo à tona uma nova forma de compreender a organização das sociedades contemporâneas. Economistas como Amartya Sen e Elinor Ostrom e sociólogos como Pierre Bourdieu e Anthony Giddens demonstraram que a organização da base social e produtiva deveria assentar-se sob a perspectiva da diversidade. Para estes estudiosos (salvo suas diferenças teóricas e metodológicas), a diversidade torna-se a base sobre a qual a democracia, a criatividade e a inventividade humanas florescem, mesmo que haja conflitos e interesses difusos. Sem a diversidade e a liberdade para exercê-la, a própria condição humana não se realizaria em sua plenitude (SCHNEIDER, 2010).

Não obstante, somente nos últimos anos vem se tornando visível, no campo acadêmico e político, a valorização da diversidade dos sistemas produtivos e econômicos e a diversificação social. Isso vem provocando uma mudança na própria visão e no entendimento acerca do conceito de desenvolvimento, assim como nas análises e metodologias para sua aferição. Aos indicadores de desempenho econômico, como o crescimento da renda e da produtividade dos fatores de produção, passaram a ser acrescidos outros, relacionados à qualidade de vida, às condições do meio ambiente, à liberdade de expressão e democracia. A partir dessas referências, ergue-se uma nova possibilidade de compreensão sobre o que vem a ser o desenvolvimento.

Recorrendo aos argumentos de Amartya Sen, os ganhos econômicos de um indivíduo, de um município, uma região ou mesmo um país nem sempre refletem a melhoria das condições de vida das pessoas e seu desenvolvimento. Isso não significa afirmar que a especialização gera pobreza, porque não se está propondo uma

avaliação da *performance* econômica baseada apenas na variável renda ou produção. O que se ressalta é que a diversificação dos meios de vida gera condições pelas quais os agricultores passam a ter maiores oportunidades de escolha e, portanto, mais opções para tomada de decisão dentro da realidade em que estão inseridos.

Mais especificamente, no âmbito da produção de tabaco, estas novas abordagens trazem à tona realidades sociais, econômicas, culturais e ambientais caracterizadas, até então, de forma homogênea, considerando apenas o aspecto produtivo e financeiro. No entanto, cada vez mais se procura demonstrar que os modelos de desenvolvimento podem gerar crescimento econômico, o que não necessariamente se reflete na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Esse é o paradoxo que se aplica à agricultura familiar produtora de tabaco no Brasil: a realidade dos agricultores mostra-se bastante distinta em aspectos que vão além de renda e produção, e acentua-se, inclusive, no que diz respeito ao tipo de tabaco cultivado (Burley ou Virgínia).

Tomando o caso dos municípios de Arroio do Tigre (RS) e Laranjeiras do Sul (PR), o tabaco comercializado gera expressivos ganhos econômicos aos agricultores, porém, uma análise mais complexa e holística permite entender em que medida estes ganhos, esta geração de riqueza se reflete em melhorias nas condições de vida deste grupo social. O contraste entre riqueza material e condições de vida dos agricultores é passível de ser observada na própria paisagem dos municípios, a qual denota realidades distintas. Por um lado, visualiza-se a existência de famílias e unidades produtivas com boas condições materiais (máquinas e equipamentos, residências e galpões de alvenaria, acesso a telefone, internet, TV por assinatura, entre outros) e, por outro, aquelas que possuem infraestruturas precárias.

Portanto, este artigo analisa as diferenças e semelhanças entre os meios de vida e as condições de vida de famílias produtoras de tabaco, comparando os resultados entre os referidos municípios produtores. Ambos pertencem a estados com a maior produção de tabaco do Brasil, que, juntamente com Santa Catarina, tornam a região Sul a maior exportadora de tabaco do país. Essas localidades têm na produção de tabaco uma das principais atividades econômicas, realizada, essencialmente, por agricultores familiares que, de forma geral, operam em sistemas de integração com as indústrias de processamento (fumageiras). Não diferente das regiões que as circundam, verificam-se

significativos indicadores de riqueza econômica, gerada pela produção especializada de tabaco.

As análises aqui expostas são resultado do desenvolvimento de duas pesquisas. Uma decorrente da necessidade de um estudo piloto² (Arroio do Tigre), realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, sequenciado por uma pesquisa acadêmica (Laranjeiras do Sul) realizada na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Laranjeiras do Sul. Ambos os estudos utilizaram o mesmo instrumento de pesquisa, o que permitiu a comparação e análise dos dois estudos de caso. Nesses trabalhos, buscou-se verificar como a riqueza econômica, medida a partir de indicadores de renda e produção, refletem as condições de vida em aspectos sociais, ambientais e culturais.

Dessa forma, foram elaborados dois instrumentos complementares, no formato de roteiro de entrevistas, que procuram dar conta de apreender e relacionar a diversificação dos meios de vida com as condições de vida. Os instrumentos contemplam indicadores multivariados que interferem nos processos de diversificação, e, conseqüentemente, nas condições de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco.

Diante do exposto, o presente artigo estrutura-se em quatro partes, além desta introdução. Na segunda seção, tem-se uma breve apresentação das bases teóricas que sustentam a proposta. Sequencialmente, constam as bases metodológicas, seção na qual serão abordados elementos como a unidade de análise, os indicadores multivariados que constituem os instrumentos referentes aos meios e às condições de vida e o conceito de diversificação. Por fim, são expostas as primeiras análises acerca dos estudos de caso realizados e o paralelo entre os resultados do IMV e do ICV em Arroio do Tigre/RS e Laranjeiras do Sul/PR, seguida das considerações finais e referências.

² A iniciativa de realizar um estudo piloto partiu de uma demanda do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e da necessidade de ações capazes de atender aos artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco – CQCT da Organização Mundial da Saúde – OMS da qual o Brasil é país signatário e facilitador. A Convenção tem por objetivo maior preservar as gerações presentes e futuras das consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas do consumo e da exposição à fumaça do tabaco.

2 MEIOS E CONDIÇÕES DE VIDA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Os meios e condições de vida que permitem que um indivíduo ou pessoa tenha a capacidade de optar por aquilo que deseja e o que lhe traz maior grau de satisfação caracterizam uma análise do desenvolvimento na perspectiva humana. Uma abordagem do desenvolvimento demanda a observância das mudanças que estão em curso, tratando dos riscos e incertezas presentes na sociedade e considerando as vulnerabilidades e a qualidade de vida em suas várias dimensões³. Frente a isso, atribui-se à abordagem das capacitações de Amartya Sen a possibilidade “teórica” de compreender o desenvolvimento sob o viés dos indivíduos e suas capacitações (ou a falta destas), considerando como, e em quais circunstâncias, as pessoas conseguem alterar, ou não, os condicionantes que permitem o acesso e controle aos recursos.

De acordo com Sen (2001; 2000), compreender o desenvolvimento requer estudos que considerem as condições de vida dos indivíduos e como estes são capazes de superar determinada realidade que os torna vulneráveis. Requer, ainda, compreender a capacidade que determinado indivíduo ou grupo social apresenta, e como este consegue lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, pelo Estado ou pelo mercado. Por sua vez, quando há uma insuficiência desses recursos ou habilidades, tem-se a possibilidade de uma mobilidade descendente ou estagnação dos atores em diversos aspectos, uma vez que, não ter acesso aos recursos fundamentais, acarreta sentimentos de abandono, desencanto, frustração e privação.

Segundo Schneider e Freitas (2013), com base na abordagem seniana, pode-se afirmar que um leque (portfólio) maior de oportunidades e opções de escolha é fundamental para que os indivíduos possam estabelecer estratégias e tomar decisões sobre como lidar (*to cope*) com as mais distintas formas de vulnerabilidades a que

³ Para melhor referenciar as dimensões de análise do conceito qualidade de vida ver *Tener, Amar, Ser: Una alternativa al modelo sueco de investigación sobre el bienestar* de Erik Allardt e *Descripciones de La desigualdad: el enfoque sueco de La investigación sobre el bienestar* de Robert Erikson. Ambos os artigos encontram-se na obra de Sen e Nussbaum (1996), em sua obra *Quality of Life* e Selene Herculano (Brasil).

estão submetidas, bem como incrementar a sua resiliência. A proposta de Amartya Sen objetiva, fundamentalmente, tirar o foco das ações sobre os fins ou resultados, materializados em variáveis como renda, posse de bens ou capitais, e privilegiar o fortalecimento dos meios e modos que os indivíduos dispõem para lidar com as adversidades dos contextos em que vivem, com os riscos sociais, com as incertezas (CROCKER, 1993). Portanto, o desenvolvimento seria alcançado na medida em que os indivíduos dispõem dos “meios” pelos quais podem realizar os “fins” que almejam, ultrapassando obstáculos pré-existentes que condicionam, ou ainda, que restringe a liberdade de escolha.

Distinguindo meios e fins, Sen (2001) operacionaliza sua proposta com base nos conceitos de *entitlements* (intitulentos) e *functionings* (funcionamentos). Os intitulentos representam o conjunto de combinações de bens ou mercadorias que cada pessoa pode ou está apta a possuir. Os alimentos, por exemplo, seriam os mais básicos. Os intitulentos representam, portanto, os meios para atingir determinados fins, as condições para a realização de escolhas, sendo estabelecidos por ordenamentos legais, políticos e econômicos (KAGEYAMA, 2008; WAQUIL, et.al., 2007). Os funcionamentos, por sua vez, remetem às realizações dos indivíduos, às reais oportunidades de escolha acerca de possíveis estilos de vida. Ou seja, o indivíduo necessita ter a capacidade de realizar um funcionamento (*capability to function*) e esta capacidade representa a combinação destes funcionamentos que os indivíduos podem realizar, refletindo a liberdade da pessoa para levar determinado tipo de vida ou outro (SEN, 2001; KAGEYAMA, 2008). Compreender o desenvolvimento requer mais que uma análise das condições de renda. Requer uma abordagem integral, que observe os funcionamentos e as capacitações dos indivíduos e como estes conseguem melhorar suas condições de vida.

No âmbito dos estudos sobre o desenvolvimento rural e agricultura familiar, ganha relevância a abordagem dos “meios de vida”, principalmente a partir de autores como Ian Scoones (2009), Frank Ellis (2000), Anthony Bebbington (1999) e Chambers e Conway (1992). Essa perspectiva estabelece como hipótese que a redução das vulnerabilidades passaria pela diversificação dos meios de vida, o que,

por sua vez, implicaria em melhorias nas condições de vida⁴. Logo, quanto mais diversificada for a unidade produtiva, maiores serão as possibilidades de escolha e mais amplas as estratégias a serem estabelecidas para que a situação de vulnerabilidade possa ser superada (SCHNEIDER, 2010a).

A abordagem de Frank Ellis, conforme Schneider (2010a), parte da diversificação dos ativos disponíveis dados pelo conjunto de capitais natural, físico, humano, social e financeiro para a construção de um portfólio de atividades diversificadas, as quais podem estar relacionadas às atividades agrícolas ou não agrícolas, dentro ou fora da propriedade. O conjunto dessas atividades representa as estratégias dos meios de vida que geram ou não melhoria de qualidade de vida e consequente desenvolvimento rural. Essa perspectiva oferece, então, um referencial teórico importante para compreender o processo mais geral de mudança no meio rural.

Para Ellis (2000), a criação de mecanismos/estratégias de diversificação pode contribuir de forma decisiva na operacionalização de ações para o desenvolvimento regional e rural, a fim de fortalecer os meios de vida dos indivíduos. Essas ações podem ser caracterizadas, por exemplo, pela melhor distribuição de renda (tanto entre as famílias, como entre os membros de cada família – homens e mulheres), pela diversificação das fontes de rendimentos, pelo aumento da produtividade com uso de rendas não agrícolas, pela conservação do meio ambiente e por maior segurança em relação aos efeitos das oscilações dos mercados. Ademais, o conceito de diversidade manifesta-se também pelas diferentes formas de renda, atividades, ocupações, sistemas de produção, condições de trabalho, dependência produtiva, humana, etc (ELLIS, 2000).

É com base nos elementos analíticos apresentados que as concepções em torno da diversificação dos meios de vida se tornam um referencial metodológico para operacionalizar a abordagem das capacitações de Amartya Sen. A correlação com Sen está em afirmar que a ampliação das capacitações pode ocorrer por meio da diversificação. Ou seja, a interface está na ideia de que a ampliação das capacitações, no caso ora analisado, das famílias rurais produtoras de tabaco, pode

⁴ Sobre a questão da vulnerabilidade abordada em Amartya Sen ver Schneider e Freitas (2013) e Matte (2013).

ser realizada pela diversificação das formas de organização econômica e produtiva, social e ambiental. Portanto, pode-se dizer que quanto mais diversificada for a unidade produtiva, maiores serão as possibilidades de escolha e maiores as estratégias que poderão ser estabelecidas para combate da vulnerabilidade (SCHNEIDER, 2010a).

Ademais, Niederle e Grisa (2008) defendem que a própria globalização tem demonstrado a revalorização da diversidade possibilitando novas oportunidades aos atores locais, criando dinâmicas de desenvolvimento mais autônomas, que interliguem o local e o global. Segundo os autores, a diversidade reflete uma complexa articulação entre as distintas formas familiares que coabitam os espaços rurais, com múltiplas estratégias de reprodução social, econômica e cultural.

A capacidade dos indivíduos criarem estratégias de sobrevivência – *capability to function* –, a qual defende Sen (2001), refere-se aos acessos que permitem as pessoas levarem a vida que almejam, bem como realizarem ações que consideram importantes. Essa capacidade, segundo Ellis (2000) passa pela diversificação dos ativos, que, para Sen (2001), refere-se aos intitulentos. Ou seja, as pessoas são capazes de criar estratégias de sobrevivência em determinada realidade ou situação de vulnerabilidade, na medida em que estabelecem um portfólio diversificado de atividades e formas de organização econômica, produtiva, social e ambiental, de modo a melhorarem suas condições de vida (ELLIS, 2000).

Não obstante, os meios e as capacidades de que dispõem esses produtores de tabaco acabam compelindo-os e pressionando-os a se manterem fortemente dependentes e subordinados a essa cadeia produtiva. Portanto, para esses agricultores, o processo de diversificação da produção implica na construção de um portfólio que permita exercer o direito de escolha/opção. Essas escolhas/opções podem resultar em um gradiente que varia entre aqueles que optam por permanecer dependentes e especializados na produção de tabaco, aqueles que apenas reduzem a produção sem abandonar o cultivo e, por fim, aqueles que decidem deixar a produção e se dedicar a outros cultivos. Assim, pode-se identificar grupos por sua maior ou menor posse de ativos e estratégias de diversificação quando expostos aos riscos. Esses riscos podem advir das alterações nos planos sociais, político e econômico, estabelecendo graus de diversificação. Esses graus variam entre os agricultores, dependendo fundamentalmente das

opções que vierem a seguir, da disponibilidade de recursos a que tiverem acesso e da capacidade de utilizarem estes recursos.

Portanto, a escolha das abordagens de Sen e Ellis para compreender desenvolvimento como melhoria das condições de vida justifica-se pelo entendimento de que o atual modelo de agricultura de exportação, pautado basicamente no fomento de *commodities*, parece tornar-se, cada vez mais, incapaz de apresentar alternativas à crescente vulnerabilidade social e econômica do campo, principalmente quando se trata de agricultura familiar e sua heterogeneidade. Dito isso, na sequência será apresentado o referencial metodológico que embasa o presente estudo.

No que tange à agricultura familiar produtora de tabaco, há importantes estudos que tratam da questão da diversificação com aporte teórico em Frank Elli e, por vezes, Amartya Sen, como por exemplo, os trabalhos de Deponti e Schneider (2013), que analisaram a extensão rural e a diversificação produtiva no Município de Dom Feliciano/RS, uma região com alta produção de tabaco, Sartorelli e Rambo (2014), que avaliaram os meios e condições de vida de famílias produtoras de tabaco frente às normativas da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É importante mencionar também o trabalho do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais – DESER que resultou na publicação da Revista “Tabaco: da produção ao consumo – uma cadeia da dependência” (2010), na qual se encontram análises acerca da questão da diversificação produtiva em áreas de agricultura familiar fumicultora⁵.

3 EMBASAMENTO METODOLÓGICO PARA APREENSÃO DOS MEIOS E CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO

Com base nos referenciais apresentados, a metodologia proposta consistiu na elaboração de dois instrumentos que propõem captar tanto os meios quanto os fins do desenvolvimento. Para tanto, foi preciso relacionar o que as famílias possuem com sua percepção acerca disto, de modo a dar conta da ideia de Sen (2001) no que se refere à qualidade ou às condições de vida. Essas condições não podem ser mensuradas apenas pela posse de um conjunto de bens, mas pelas capacidades das

⁵ Acerca do tema fumicultura e diversificação ver: Silveira (2014), Silveira (2013), Vargas e Oliveira (2012), Uba (2014), Zotti (2010).

famílias em utilizar esses bens para obter satisfação ou felicidade. Ademais, se por um lado não é suficiente ter conhecimento dos bens ou ativos que as famílias dispõem, por outro, também não é suficiente apenas ter conhecimento da percepção dessas famílias sobre suas condições de vida. Essa é a proposição que justifica a elaboração de dois instrumentos de pesquisa.

3.1 Os instrumentos de pesquisa

Os instrumentos de pesquisa dizem respeito a dois questionários que apontam para o que se denominou como meios e fins do desenvolvimento. Cada questionário está organizado em cinco dimensões – natural, humano, social, financeiro e físico (tal como será detalhado na seção 3.3). Sendo assim, o primeiro questionário buscou captar os aspectos objetivos, ou seja, os condicionantes/intitamentos (SEN, 2001) ou ativos (*assets*), tal como trata Ellis (2000). Os intitamentos/ativos caracterizarão os meios de vida e dizem respeito ao conjunto de atividades, formas de acesso ou uso que determinam o modo de viver de um indivíduo ou família, sendo denominados “capitais”. Já o segundo questionário propôs levantar os aspectos subjetivos, ou efeitos do desenvolvimento, referentes a cada meio de vida identificado pelo primeiro questionário.

Cabe explicar ainda que nos referidos instrumentos, para cada pergunta acerca dos capitais – questionário sobre meios de vida – há uma pergunta correspondente aos efeitos no questionário sobre condições de vida, de modo que possibilite o estabelecimento de relações entre meios e fins. Ambos os instrumentos são do tipo fechado e de múltipla escolha. Variam de valores negativos ou baixos a valores positivos ou altos acerca dos capitais e dos efeitos destes capitais sobre as condições de vida.

Tais instrumentos deram origem a índices gerais – dos meios de vida (IMV) e das condições de vida (ICV) – e a índices por dimensões (capitais ou efeitos). Estes variaram de 0 (zero) a 1(um), observando que, quanto mais próximo de 1, melhor o índice. O IMV resultou da média simples dos capitais, enquanto o ICV resultou da média simples dos efeitos. Ambos, capitais e efeitos, têm o mesmo peso na composição da média geral de seus índices, sendo que o índice

correspondente a cada capital ou efeito também resultou da média simples das respostas obtidas, tendo todas as perguntas o mesmo peso.

3.2 A unidade de análise

A unidade de análise adotada foi a família ou *household* ou Unidade Familiar Produtora de Tabaco, considerada a que mais se ajusta aos trabalhos sobre estratégias de reprodução dos agricultores familiares. De acordo com a proposta teórico-metodológica de Ellis (2000), tal unidade permite identificar as relações entre os indivíduos, as relações “face a face” na estrutura familiar, bem como as relações da unidade com o coletivo e a comunidade em geral. Segundo o autor, análises sobre o meio familiar tornam-se importantes na identificação de normas, valores e regras que influenciam as ações dos indivíduos e a conduta destes na formulação de suas estratégias, tanto individuais quanto familiares. Isso, mais uma vez, mostra a importância de compreender a heterogeneidade do meio rural. Para Ellis (2000), é na família que ocorrem intensas relações sociais e econômicas interdependentes; é onde se pode compreender relações de confiança, de conflito, de reciprocidade, de etnicidade e comunitárias, as quais não podem ser compreendidas por casos individuais.

Nesse sentido, foram pesquisadas 38 famílias no Município de Arroio do Tigre/RS e 40 famílias em Laranjeiras do Sul/PR. A opção por Unidade Familiar Produtora de Tabaco (ou famílias) e não estabelecimento deu-se em função da indeterminação existente em relação à unidade de análise para algumas instituições de pesquisa, as quais entendem o conceito de família apenas por laços consanguíneos, diferentemente do que fora proposto pela abordagem dos *livelihoods*. Tanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE quanto a Associação dos fumicultores do Brasil – AFUBRA e até mesmo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD não possuem a mesma definição acerca da família produtora e também não creditam à categoria peões/empregados a participação nas decisões do grupo familiar, o que, muitas vezes, ficou explícito com a pesquisa de campo. Ademais, cabe ressaltar que a escolha dessas famílias deu-se aleatoriamente, respeitando a opção dos membros do grupo familiar em participar ou não da pesquisa.

3.3 Quanto aos indicadores

Os indicadores que compõem esta proposta teórico-metodológica estão baseados em dimensões multivariadas, as quais abarcaram o aspecto natural, físico, humano, financeiro e social, aplicados tanto aos capitais (que remetem aos meios de vida), quanto aos efeitos (no caso das condições de vida) conforme quadro a seguir. Os aspectos elencados no quadro que segue justificam-se pela própria concepção de desenvolvimento exposta na seção 2: não se restringe ao crescimento econômico-financeiro, abarcando diferentes dimensões que permeiam os meios de vida dos indivíduos ou famílias.

Quadro 1. Capitais, Efeitos e seus Componentes – Indicadores

Capitais/efeitos	Componentes
Natural	Existência de vegetação nativa Práticas de conservação do solo Uso de lenha na secagem do tabaco Manejo e armazenamento dos agrotóxicos e embalagens
Humano	Existência de problemas de saúde Gastos em remédios Produção de alimentos Condição de educação e acesso à mesma
Social	Participação em atividades comunitárias Formas de acesso à informação Troca de serviços entre amigos/vizinhos Associação da família à cooperativas, sindicatos, associações...
Físico	Condições da moradia (casa de alvenaria, acesso à energia elétrica, geladeira, televisor, telefone, computador, internet, automóvel, água e banheiros dentro de casa) Acesso a máquinas e equipamentos Distância da propriedade da cidade Condições das estradas Existência de transporte público Área produtiva da propriedade
Financeiro	Existência de fonte de renda além do tabaco Acesso a canais de comercialização Acesso às políticas para a agricultura familiar Finalidade do acesso às políticas para a agricultura familiar Grau de endividamento

Fonte: Elaboração própria com base em Ellis (2000).

As respostas obtidas com a aplicação dos questionários foram tabuladas e deram origem a gráficos no formato radar, os denominados biogramas (SEPÚLVEDA, 2005, 2008). Nesses biogramas, quanto maior a área do gráfico e maior o equilíbrio entre os eixos (que expressam os capitais ou efeitos), melhores os meios e as condições de vida. Ademais, a cada grau de diversificação haverá pelo menos dois biogramas: um relativo aos meios de vida e outro às condições de vida.

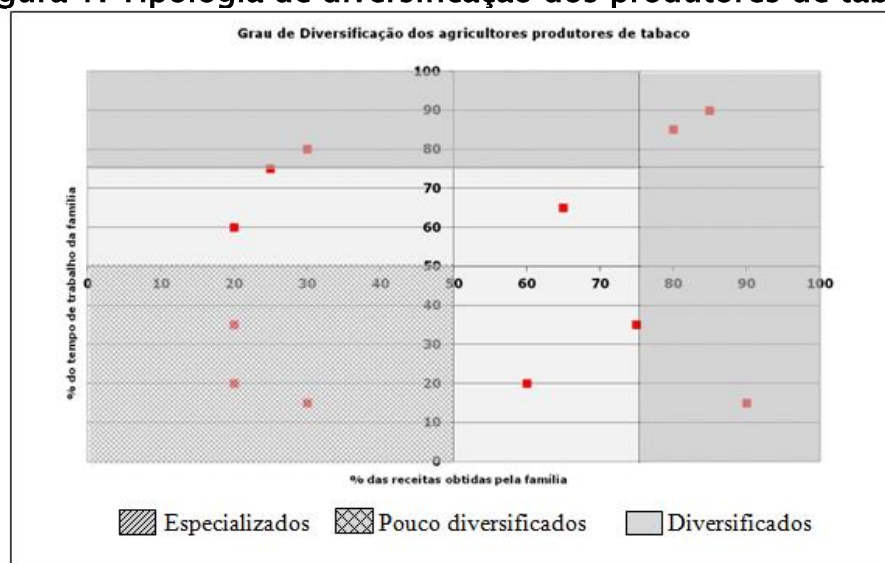
3.4 Categorização do grupo de entrevistados: diversificados, pouco diversificados e especializados

Os elementos que levaram à classificação dos produtores de tabaco quanto ao seu grau de diversificação, seguiram definições operacionais e heurísticamente viáveis, considerando duas variáveis independentes, quais sejam: (a) o valor relativo da produção de tabaco

vis a vis o total da produção agrícola em um estabelecimento: valor bruto da produção de tabaco de uma família como variável que determinará o montante que o tabaco representa nas receitas/ganhos totais das atividades produtivas (agrícolas ou não agrícolas, dentro ou fora da propriedade) e; (b) a quantidade de tempo de trabalho que a família dedica ao cultivo do tabaco em relação ao tempo total gasto nas demais atividades produtivas.

A partir das duas variáveis mencionadas, foi possível classificar os agricultores produtores de tabaco em três categorias que variam das famílias *diversificadas* (até 50% da receita e até 50% do tempo de trabalho dedicado ao tabaco) às *especializadas* (mais de 75% da receita ou do tempo de trabalho voltado ao tabaco), passando pelas *pouco diversificadas* (demais casos que não se enquadram nos anteriores), tal como expresso a seguir.

Figura 1. Tipologia de diversificação dos produtores de tabaco



Fonte: Elaboração própria.

Conforme figura 1, essa categorização vai ao encontro das proposições de Ellis (2000) quando aponta que a diversificação se refere ao processo pelo qual as famílias rurais constroem um portfólio de atividades e capacidades para sobreviver e melhorar suas condições de vida. Para captar este portfólio, foi necessário considerar todas as atividades produtivas da família – agrícolas e não agrícolas, dentro e fora da propriedade – uma vez que é o conjunto destas que caracteriza cada meio de vida.

4 HETEROGENEIDADE NOS MEIOS E CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO EM ARROIO DO TIGRE (RS) E LARANJEIRAS DO SUL (PR)

4.1 Caracterização socioeconômica e produtiva

O Município de Arroio do Tigre – localizado na porção central do Rio Grande do Sul – compõe o território rural Centro Serra desde 2007, enquanto Laranjeiras do Sul – que está situado no sudoeste do Paraná – faz parte do território da cidadania Cantuquiriguaçu desde 2003. Em razão disso, os municípios são assistidos, respectivamente, pelo Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – Pronat e Programa Territórios da Cidadania. Os referidos programas atendem regiões do Brasil que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e objetivam o desenvolvimento regional sustentável e a garantia de direitos sociais e cidadania⁶. Disso pode-se inferir que a produção do tabaco mostra impactos pouco significativos sobre os indicadores econômicos nessas regiões, uma vez que não foi suficiente para evitar a criação de territórios rurais ou da cidadania nas respectivas localidades. No quadro a seguir, estão listadas diferentes características dos dois municípios, alvo desta pesquisa:

Quadro 2. Caracterização Municipal – Arroio do Tigre (RS) e Laranjeiras do Sul (PR)

MUNICÍPIO ASPECTO	ARROIO DO TIGRE	LARANJEIRAS DO SUL	FONTE
População Total	12.648 habitantes	30.777 habitantes	IBGE, 2010
População Rural	6.686 habitantes	5.746 habitantes	
População Urbana	5.962 habitantes	25.031 habitantes	
Estrutura Fundiária (área)	De 0 ha a menos de 5 ha: 4,3% De 5 a menos de 10 ha: 13,5% De 10 a menos de 20 ha: 29,2% De 20 a menos de 50 ha: 39,8% De 50 a menos de 100	De 0 ha a menos de 5 ha: 1,72% De 5 a menos de 10 ha: 3,46% De 10 a menos de 20 ha: 8,31% De 20 a menos de 50 ha: 16,41% De 50 a menos de 100	IBGE, Banco de dados Agregados, 2006

⁶ A esse respeito, ver Rambo (2011) e Wesz Júnior e Leite (2010).

	ha: 8,8% Mais de 100 ha: 4,4%	ha: 12,41% Mais de 100 ha: 51,56% ⁷	
Densidade Demográfica	39,7 hab/Km ²	45,8 habitantes /km ²	Sítio Prefeitura Municipal (Arroio do Tigre e Laranjeiras do Sul).
Taxa de Analfabetismo	7,05% (2010)	8,5% (2010)	Sítio Prefeitura Municipal (Arroio do Tigre e Laranjeiras do Sul)
Bioma	Mata Atlântica	Mata Atlântica	IBGE, 2014
Clima	Temperado	Temperado	IBGE, 2014
Localização geográfica	Região do Vale do Rio Pardo, encosta inferior do Nordeste do Rio Grande do Sul. Região Centro-Serra	Região Centro Oeste do Paraná, microrregião de Guarapuava.	Sítio Prefeitura Municipal (Arroio do Tigre e Laranjeiras do Sul).
Rodovias de Acesso	ERS-481 e RS-400	BR 158 e BR 277	Sítio Prefeitura Municipal (Arroio do Tigre e Laranjeiras do Sul).
Produção agropecuária	<ul style="list-style-type: none"> – Fumo: 6,7 mil ha; – Feijão: 1,3 mil ha; – Milho: 5,7 mil ha; – Soja: 6,5 mil ha; – Leite: 2,6 milhões litros/ano; – Suíno: 16.021 cabeças/ano 	<ul style="list-style-type: none"> – Fumo: 530 ha; – Feijão: 870 ha; – Milho: 2,5 mil ha; – Soja: 14,9 mil ha; – Leite: 27,2 milhões litros/ano; – Suíno: 13,6 mil cabeças/ano 	IBGE, Produção Agrícola Municipal; Produção Pecuária Municipal, 2012.

⁷ No caso de Laranjeiras do Sul, a soma dos percentuais não atinge os 100% em virtude da categoria “De 1000 a menos de 2500 ha” estar identificada com “X”, o que, segundo o IBGE, significa que os dados das Unidades Territoriais com menos de três informantes estão desidentificados com o caractere X, tal como consta no Bando de Dados Agregados.

Continuação

Setor Industrial	Fabricação de aberturas e móveis sob medida, metalúrgicas, olarias, malharias e fabricação de calçados e biscoitos.	Indústrias de produtos alimentícios e bebidas; madeira e mobiliário; metalúrgica	Sítio Prefeitura Municipal (Arroio do Tigre) Iparde, 2013 (Laranjeiras do Sul)
PIB (pm) (2009)	R\$ 208.363 milhões	R\$ 333.575 milhões	FEE Dados, 2010
PIB <i>per capita</i>	R\$ 15.776 mil	R\$ 10.818 mil	(Arroio do Tigre).
VAB Serviços	R\$ 96.870 milhões	R\$ 218.188 milhões	IBGE Cidades, 2010
VAB Indústria	R\$ 13.543 milhões	R\$ 48.760 milhões	(Laranjeiras do Sul)
VAB Agropecuário	R\$ 1.030 milhões	R\$ 42.098 milhões	
IDH – Municipal	0,707	0,706	Censo Demográfico, 2010.
IDH – Longevidade	0,848	0,737	
IDH – Renda	0,708	0,647	
IDH – Educação	0,589	0,449	
N. Total de estabelecimentos.	2.025	1.641	IBGE, Censo Agropecuário, 2006
N. de estabelecimentos produtores de tabaco	1.400	229	
Número de pesquisados	38 famílias	40 famílias	----- -----
<i>* pessoas com 15 anos ou mais</i>			
<i>** a preços correntes</i>			

Fonte: Organização própria, 2014.

Quanto à população, o município paranaense apresenta população total cerca de três vezes maior que a do município gaúcho. Neste, a população rural representa mais da metade da total, alcançando 52%, enquanto naquele, representa apenas 19%. A densidade demográfica é maior em Laranjeiras do Sul (45,8), sendo que, em Arroio do Tigre chega a 39,7. A taxa de analfabetismo mostra disparidades consideráveis entre os dois municípios. Enquanto na escala nacional a referida taxa está em 8,6, segundo a PNAD (2011), no município de Arroio do Tigre, esta alcança 7,05. Já em Laranjeiras do Sul, chega a 8,5.

No que diz respeito à estrutura fundiária, pode-se observar que, em Arroio do Tigre há predominância da agricultura familiar, uma vez que apenas 4% da área é ocupada por propriedades de mais de 100 ha, enquanto as propriedades de até 20 ha representam 44%. Diferentemente, em Laranjeiras do Sul, o agronegócio ocupa mais de 50% da área rural e as propriedades de até 20 ha somam 13% da área. Vale ressaltar que a região de Laranjeiras do Sul é reconhecida pela

considerável presença de assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. É importante destacar, que, no Município de Rio Bonito do Iguaçu, estão localizados os dois maiores assentamentos rurais do Paraná, quais sejam, Ireno Alves e Celso Furtado, somando cerca de 33.828 ha (COCA, 2013).

O Produto Interno Bruto – PIB de Laranjeiras do Sul é 37% maior que o de Arroio do Tigre. O contrário ocorre com o PIB per capita: Arroio do Tigre possui PIB per capita 31% maior que o do município paranaense. Quanto ao Valor Adicionado Bruto – VAB por setores, também se verifica realidades distintas. Em Arroio do Tigre, o VAB agropecuário representa apenas 1% do total, seguido do VAB industrial – 12% e do VAB serviços, que corresponde a 87%. Em Laranjeiras do Sul, o VAB agropecuário alcança 14%, muito próximo ao industrial – 16% – e o VAB serviços com maior contribuição, alcançando 70% do total.

No que se refere à produção agropecuária, as realidades pesquisadas são bastante distintas. Enquanto no município gaúcho há produção de fumo em 69% das unidades familiares rurais, em Laranjeiras do Sul este número chega a apenas 13%. Ademais, enquanto no primeiro, os principais cultivos, no que se refere à área de produção, são o tabaco, o milho e a soja, respectivamente, ocupando tamanho de área muito semelhante, em Laranjeiras do Sul, a soja desponta como principal produto. Por outro lado, vale a pena mencionar que nos dois municípios predomina o cultivo do tabaco tipo *Burley*. Entretanto, no Paraná observou-se uma diversificação produtiva maior entre as famílias pesquisadas, uma vez que grande parte delas conciliava o cultivo do tabaco, principalmente com a produção de leite, embora se tenha encontrado também o cultivo de soja, feijão e milho.

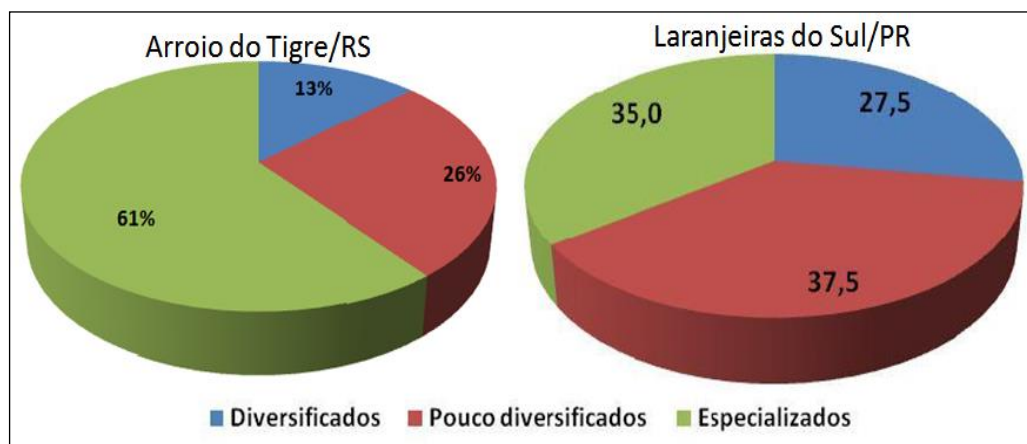
Considerando o já mencionado paradoxo do desenvolvimento (elevado crescimento econômico e baixo desenvolvimento humano), ao observar-se o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH dos municípios pesquisados, verifica-se que ambos estão acima do nacional, que, pelo Censo Demográfico de 2010, alcançou valor de 0,730. Porém, ambos ficam abaixo das médias de seus estados. Enquanto Arroio do Tigre possui IDH de 0,707, o Rio Grande do Sul apresentava um índice de 0,746. Já Laranjeiras do Sul apresentou índice de 0,706, enquanto o Paraná mostra-se com 0,749. Vale a pena destacar que Laranjeiras do Sul apresentou maior PIB e menor PIB *per capita* em relação a Arroio do Tigre, como melhor IDH.

Diferenças significativas evidenciam-se entre os municípios ao observar-se as dimensões que compõem o IDH, sendo que Laranjeiras do Sul possui os piores índices em relação a Arroio do Tigre. A diferença mais significativa entre os municípios está na educação (0,449 e 0,589, respectivamente), seguido da longevidade (0,737 e 0,848) e renda (0,647 e 0,708). Para além da diversidade sociodemográfica e produtiva apresentada, observa-se também uma miríade de realidades entre as famílias produtoras de tabaco nos dois municípios, como será apresentado a seguir.

4.2. Comparando as Unidades Familiares Produtoras de Tabaco

Analizando o grau de diversificação das unidades familiares produtoras de tabaco de cada município, seus IMVs e ICVs, e um comparativo entre cada capital e efeito, tem-se os primeiros resultados sobre a classificação dessas famílias: em Arroio do Tigre, 13% diversificadas, 26% pouco diversificadas e 61% especializadas. Já em Laranjeiras do Sul, obteve-se 27,5% diversificadas, 37,5% pouco diversificadas e 35% especializadas (gráfico 1). Esse resultado denota um considerável grau de especialização das famílias produtoras de tabaco no município gaúcho, enquanto que, no paranaense, a classificação deu-se de forma mais homogênea entre as pesquisadas, sendo mais significativa a prevalência de famílias com algum grau de diversificação.

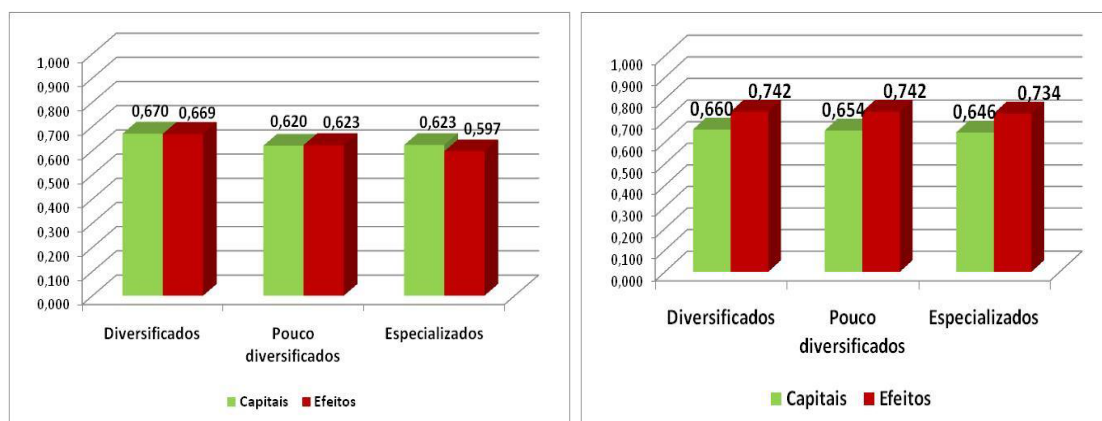
Gráfico 1. Grau de diversificação das Unidades Familiares Produtoras de Tabaco



Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao IMV e ICV, o universo dos entrevistados em Arroio do Tigre apresentou um IMV de 0,626 e um ICV de 0,615. Já em Laranjeiras do Sul, esses índices ficaram em 0,655 (IMV) e 0,738 (ICV). Comparando esses índices, visualiza-se que os meios de vida são semelhantes nos dois municípios, enquanto que as condições de vida são melhores em Laranjeiras do Sul. De forma geral, os entrevistados de Arroio do Tigre têm uma percepção (ICV) mais negativa sobre seus capitais ou recursos. Essa situação parece evidenciar que as famílias de Arroio do Tigre não possuem capacitações suficientes para levarem a vida que desejam, apesar de deterem diferentes intitulentos (SEN, 1999, 2001) e que se assemelham aos de Laranjeiras do Sul. Considerando o grau de diversificação e os índices, conforme gráfico 2 que segue, em ambos os municípios as famílias diversificadas demonstraram melhores resultados.

Gráfico 2. Comparação entre IMV e ICV por categoria de diversificação Em Arroio do Tigre/RS (à esquerda) e Laranjeiras do Sul/PR (à direita)



Fonte: elaboração própria.

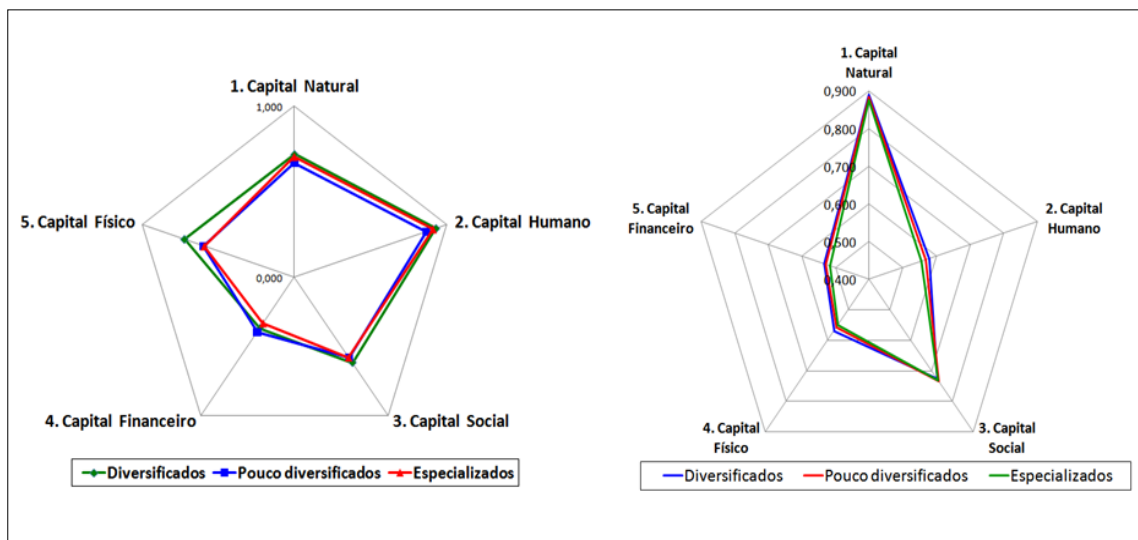
Em Arroio do Tigre, as famílias diversificadas apresentaram IMV de 0,670, seguidas das especializadas (0,623) e das pouco diversificadas (0,620). Em Laranjeiras do Sul, tem-se, à exceção dos diversificados, valores maiores em relação aos índices de Arroio do Tigre, seguindo a seguinte ordem: diversificados (0,660), pouco diversificados (0,654) e especializados (0,646). Em relação ao ICV, novamente visualiza-se que em Arroio do Tigre os agricultores diversificados mostram-se com melhor índice, sendo este de 0,669, seguido, dos pouco diversificados (0,623) e dos especializados (0,597). Em Laranjeiras do Sul, os ICVs foram mais elevados que em Arroio do Tigre, uma vez que os diversificados e os pouco diversificados tiveram 0,742, enquanto que os especializados tiveram 0,734 de índice, conforme figura 5.

Uma primeira análise dos valores dos índices levaria a pensar que a diferença entre as médias dos IMVs e dos ICVs, em cada categoria de produtor, é sutil. Contudo, é preciso analisar a composição de cada índice pelos seus capitais e efeitos, a fim de perceber qual afeta para mais ou para menos a sua composição. Importa ressaltar nas figuras que seguem, que quanto maior a área do gráfico e maior o equilíbrio entre cada eixo do capital ou efeito, melhor o índice.

Pelos gráficos 3 e 4, visualiza-se que, em grande parte dos capitais e dos efeitos, os agricultores diversificados (em verde) apresentam melhores índices nos dois municípios. Tal configuração vai ao encontro das perspectivas que advogam que a diversificação dos sistemas produtivos é condição básica para que os agricultores possam escolher suas atividades e a forma de produzir. Ademais, a diversificação mostra-se mais sustentável e pode ser um ponto chave

para fortalecer a resiliência dos sistemas e mesmo das famílias (ELLIS, 2000; PLOEG, 2008; SCHNEIDER, 2010).

Gráfico 3. Biogramas representativos dos Índices dos Meios de Vida



(IMV) de Arroio do Tigre/RS (à esquerda) e Laranjeiras do Sul/PR (à direita)

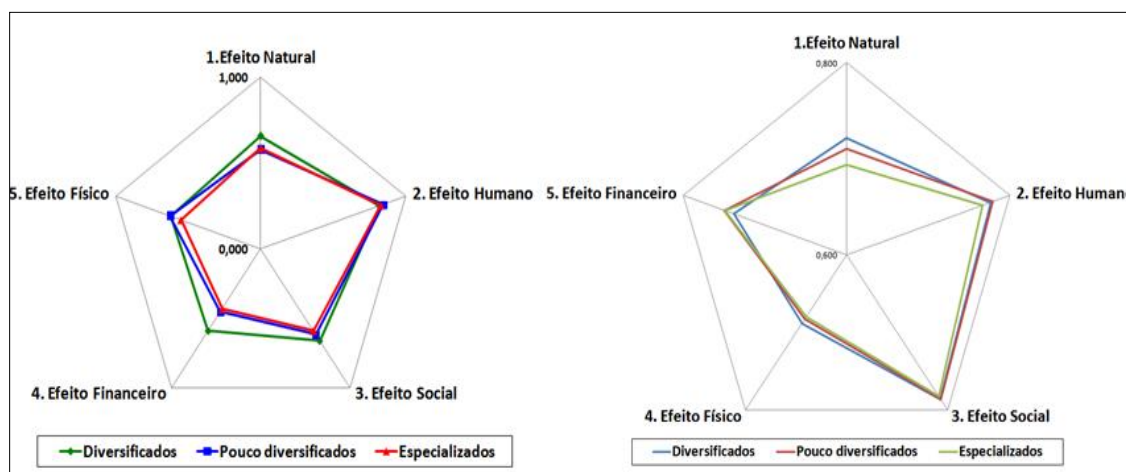
Fonte: elaboração própria.

Comparando os biogramas dos IMVs, pode-se dizer que os valores dos índices dos capitais variam mais em Arroio do Tigre que em Laranjeiras do Sul⁸, principalmente quando se comparam os produtores diversificados. Em Arroio do Tigre (gráfico 3, à esquerda), verificam-se níveis mais baixos em relação ao capital financeiro para as três categorias de produtores, seguido do capital social. O capital com índice mais elevado corresponde ao humano, também para as três categorias, seguido do capital natural.

Em Laranjeiras do Sul (gráfico 6, à direita), assim como em Arroio do Tigre, o capital financeiro se apresentou como o mais vulnerável nas três categorias, mas seguido do capital físico. De forma positiva, tem-se o capital natural mais elevado (0,9 aproximadamente); o capital social com um valor intermediário e o físico, financeiro e humano apresentam valores abaixo da média geral do IMV (0,655). Comparando os efeitos em cada município, tem-se as representações conforme gráfico que segue.

⁸ Em razão da pequena variabilidade entre as categorias, a escala usada na figura 6 vai de 0,4 a 0,8 e a figura 7 apresenta uma escala de 0,6 a 0,8.

Gráfico 4. Biogramas representativos dos Índices de Condições de Vida



(ICV) de Arroio do Tigre/RS (à esquerda) e Laranjeiras do Sul/PR (à direita)

Fonte: elaboração própria

Analisando o biograma das condições de vida de Arroio do Tigre (à esquerda), tem-se que, de forma geral, os diversificados apresentam melhores efeitos em relação aos especializados e pouco diversificados, conforme demonstra a área da linha verde. O melhor efeito foi o humano nas três categorias. Já o pior foi o financeiro. Os diversificados apresentaram uma área maior e mais harmônica, alcançando índice de 0,669, seguido de 0,623 dos pouco diversificados e 0,597 dos especializados.

O biograma de Laranjeiras do Sul (à direita) permite identificar que o efeito social tem o melhor índice nas três categorias, seguido do humano, mais próximos a 1. O pior efeito é o físico, também para as três categorias. Ao contrário de Arroio do Tigre, onde os diversificados apresentavam uma área maior e mais equilibrada no biograma, aqui nota-se que as áreas dos diversificados, especializados e pouco diversificados são bastante irregulares, oscilando entre valores próximos a 1 em algumas dimensões e próximos a 0 em outras. Importa destacar que a diferença entre as categorias de agricultores, nesse caso, é menor em relação a Arroio do Tigre. Isso reflete a presença mais significativa de famílias com algum grau de diversificação, sendo este mais evidente no município paranaense do que no gaúcho.

No caso dos agricultores diversificados de Arroio do Tigre, observa-se que os meios e as condições de vida alcançam praticamente o mesmo índice: o IMV correspondeu a 0,670 e o ICV é de 0,669. Os agricultores pouco diversificados de Arroio do Tigre também demonstram que sua percepção acerca das condições de vida (0,623) se aproxima do seu IMV (0,620). Diferentemente destes primeiros, os especializados são os mais insatisfeitos com suas condições de vida. Enquanto seus capitais geram um índice de 0,623, suas condições de vida alcançam 0,597. Ou seja, os efeitos são piores que os próprios capitais. Tal resultado reforça que especialização produtiva não se traduz, necessariamente, em melhoria de bem-estar, ou então, os benefícios do crescimento parecem não conseguir ampliar as capacidades humanas – o conjunto das coisas que as famílias podem ser ou fazer na vida (SEN, 2001).

Em Laranjeiras do Sul, os capitais e efeitos dos produtores diversificados foram de 0,660 para o IMV e de 0,742 para o ICV. Os pouco diversificados apresentaram um IMV de 0,654 e um ICV de 0,742. O mesmo ocorre com os especializados, os quais tiveram um IMV de 0,646 e um ICV de 0,734. Nesse caso, os efeitos sobre as condições de vida são melhores do que os próprios capitais. Segundo Ploeg (2008), isso pode representar uma maior capacidade de agência dos agricultores no sentido de travar sua luta pela sobrevivência e construção de autonomia por meio de processos de conversão de recursos, ou seja, de meios em fins desejados.

No intuito de aprofundar as análises e relações, buscou-se um paralelo entre os capitais que as famílias possuem (IMV) e a percepção sobre os efeitos que estes geram (ICV) por categorias de diversificação. A tabela 1 apresenta esses resultados para Arroio do Tigre e Laranjeiras do Sul. Os valores destacados em vermelho são os mais baixos e os em azul, os mais elevados.

Tabela 1. Relação entre capitais e correspondentes efeitos em cada categoria de Unidade Familiar Produtora de Tabaco

Município	Arroio do Tigre			Laranjeiras do Sul		
Índices Gerais	IMV: 0,626		ICV: 0,615	IMV: 0,655		ICV: 0,738
Categoria	Diversificadas	Pouco Diversificadas	Especializadas	Diversificadas	Pouco Diversificadas	Especializadas

Índice	IMV 0,67 0	ICV 0,66 9	IMV 0,62 0	ICV 0,62 3	IMV 0,62 3	ICV 0,59 7	IMV 0,66 0	ICV 0,74 2	IMV 0,65 4	ICV 0,74 2	IMV 0,64 6	ICV 0,73 4
Financeiro	0,36 8	0,58 8	0,39 4	0,45 1	0,33 1	0,43 1	0,53 4	0,73 8	0,52 9	0,75 0	0,51 7	0,74 9
Físico	0,72 2	0,62 0	0,59 6	0,62 5	0,59 0	0,55 0	0,56 9	0,68 8	0,55 7	0,68 2	0,54 9	0,68 0
Natural	0,72 0	0,66 0	0,67 0	0,58 0	0,70 5	0,58 8	0,89 1	0,72 1	0,88 5	0,71 1	0,87 7	0,69 4
Social	0,61 5	0,65 8	0,57 8	0,61 3	0,57 9	0,58 8	0,72 6	0,78 6	0,73 3	0,78 6	0,73 1	0,78 2
Humano	0,92 7	0,82 0	0,86 3	0,84 5	0,91 1	0,82 9	0,57 9	0,77 6	0,56 8	0,77 9	0,55 6	0,77 6

Fonte: elaboração própria,

Analisando, inicialmente, o Município de Arroio do Tigre, os dados da tabela 1 evidenciam que dentre as cinco dimensões consideradas existe uma mesma avaliação negativa do capital e do efeito financeiro entre diversificados, pouco diversificados e especializados, tendo sempre o capital valor menor que o efeito. Ou seja, mesmo que o recurso financeiro desses produtores seja “pequeno”, a percepção sobre esse recurso ainda é melhor. Observado de forma individual, isso pode evidenciar pouca propensão dos agricultores a diversificar as receitas, justamente por entenderem que os efeitos são melhores que os próprios capitais.

Ainda nas três categorias de produtores, o capital e o efeito humano estão melhor colocados dentre as cinco dimensões. Diferentemente do primeiro caso, aqui o capital apareceu com valor maior que seu efeito. Pode-se dizer que os produtores percebem os efeitos das condições de saúde, trabalho e educação piores em relação ao acesso a esses recursos (capitais). Em relação ao aspecto físico, os produtores diversificados também percebem o efeito (0,620) pior em relação ao capital (0,722); o mesmo ocorre com os produtores especializados, mas com índices menores para capital e efeito. Para os pouco diversificados, essa relação é inversa, pois os produtores possuem uma percepção melhor quanto às condições de infraestrutura em relação a como elas estão.

Enfatizando a dimensão natural, visualiza-se que os efeitos são percebidos como piores em relação ao próprio capital nas três categorias de produtores. Nesse caso, *a priori*, pode-se dizer que os agricultores estariam mais propensos a implementar ações sobre o capital natural. Quanto ao aspecto social, os produtores percebem de

forma mais positiva os efeitos desse capital em suas condições de vida que o próprio capital social. Suas relações dentro e fora da propriedade e suas relações de confiança são percebidas como melhores em relação aos capitais que lhe dão origem.

Em Laranjeiras do Sul, conforme quadro 3, dentre os cinco aspectos considerados, há uma avaliação bastante oscilante se comparado com Arroio do Tigre. O capital mais vulnerável remete ao financeiro (0,520) e o mais elevado é representado pelo capital natural (0,886). Quanto aos efeitos, o índice mais baixo remete ao físico (0,685) e o mais elevado ao social (0,779). Importa destacar que, apesar do ICV mostrar-se maior em relação ao IMV, é nos capitais onde se encontra o índice mais elevado, qual seja, o capital natural.

Pelo quadro 3 também é possível verificar que o capital financeiro é a dimensão mais baixa entre as três categorias de agricultores. Os especializados, com pior índice - 0,517 - são seguidos dos pouco diversificados (0,529) e dos diversificados (0,534) com melhor índice. Por sua vez, o mesmo resultado não se repete no caso do ICV. O efeito financeiro não é o menor dessa dimensão. A dimensão de menor índice do ICV remete ao efeito físico, ou seja, a percepção dos entrevistados sobre as condições de moradia e infraestrutura na propriedade. Essa é uma das dimensões que possui uma relação bastante direta com o capital financeiro.

Dessa forma, pode-se inferir que a produção de tabaco contribui, sobretudo para ampliar o capital financeiro das famílias produtoras de tabaco, o que não necessariamente se reverte em melhores condições de vida. As entrevistas apontaram que a dimensão financeira mostra-se a mais baixa entre os capitais (IMV). Sendo assim, a renda do tabaco não se reflete propriamente no capital financeiro. Quanto aos efeitos financeiros, esses mostram índices mais elevados em relação ao respectivo capital, sendo a terceira pior dimensão do ICV (figura 7, gráfico à direita). Contudo, ao se observar as perguntas que compõem o efeito financeiro, em especial, a que se refere ao grau de satisfação com a renda gerada pelo tabaco, esta alcança o índice mais elevado, qual seja, 0,858. Isso demonstra que existe uma percepção de que a renda gerada pelo tabaco é significativa, porém, a mesma não se reflete nem no capital financeiro, nem no efeito físico, diretamente relacionado aos efeitos do capital financeiro, não se revertendo diretamente em melhores condições de vida.

Ficou evidenciado ainda que, apesar das famílias diversificadas, em geral, apresentarem melhores índices nas dimensões, não há alterações quanto ao ranking dos maiores capitais e efeitos. Em ordem decrescente, os capitais vão do natural, passando pelo social, humano, físico chegando ao financeiro. Quanto aos efeitos, está o social, passando pelo humano, financeiro, natural chegando ao físico, também do maior para o menor índice. (quadro 3). Evidencia-se, também, que as famílias especializadas, em geral, demonstram os índices mais baixos.

Por outro lado, vale a pena destacar que o único efeito menor que o capital se refere à dimensão natural. Isso parece ter relação com o tipo de tabaco cultivado, uma vez que o predominante no Município de Laranjeiras do Sul não depende de lenha para a secagem, uma variável considerada nessa dimensão. Pesou negativamente no efeito a questão dos agrotóxicos, sendo apontado que, ao longo dos anos, seu uso ou se manteve ou aumentou.

De forma geral, esses dados assumem pertinência quando se pretende uma análise mais holística do desenvolvimento rural, pois, por meio deles, é possível visualizar e verificar os capitais/recursos mais vulneráveis de cada grupo de produtores de tabaco e como estes capitais são percebidos pelos produtores. Esses dados também trazem um indício de que, mesmo em municípios produtores de tabaco, que plantam em sua maioria o fumo *burley* ou de galpão, as diferenças entre recursos e percepção desses recursos são bastante heterogêneas. As razões dessas discrepâncias podem estar associadas a duas situações distintas, que Ploeg (2008) denomina de espaços de manobra: quando os agricultores mobilizam um repertório de recursos fora dos mercados criando estratégias para manter e ampliar sua autonomia, ou à acomodação resignada, à privação continuada e à vulnerabilidade.

Essas situações, conforme Sen (2001), podem ter impacto direto nas políticas públicas, uma vez que são frequentemente justificadas pela ausência de uma forte demanda pública e de um desejo intensamente manifestado de modificar essa situação. Ao identificar as lógicas e compreender as dinâmicas dos meios de vida, pode-se criar/incentivar mecanismos para subsidiar as políticas públicas de modo que estas fortaleçam as capacidades dos agricultores familiares em substituir seus ativos e produzir respostas criativas e robustas capazes de enfrentar ou permitir adaptações às adversidades dos contextos em que estão inseridos. Como reforça Ellis (2000), na medida

em que um ativo puder ser construído, adquirido, modificado ou convertido em outro, maior será a possibilidade de sucesso das respostas de enfrentamento ou adaptação dos meios de vida melhorando, conseqüentemente, as condições de vida dos agricultores e suas famílias.

Nesse sentido, os resultados aqui apresentados, bem como o aprofundamento dos mesmos, podem servir de sustentação para orientar ações governamentais direcionadas justamente aos capitais/recursos que se encontram em maior grau de vulnerabilidade. À vulnerabilidade de cada capital, cabe relacionar a percepção dos entrevistados sobre os efeitos que este capital exerce nas condições de vida. Isso se torna pertinente uma vez que a percepção influencia as decisões tomadas pelos agricultores, tanto pela mudança quanto pela manutenção do meio de vida. Em cada caso, cabe ainda questionar e analisar se uma percepção positiva sobre os efeitos gerados pelos capitais realmente reflete a liberdade das pessoas levarem a vida que desejam, ou se estão acomodadas e acostumadas a uma situação de privação que se tornou naturalizada. Compreender o porquê desses resultados mostra-se um dos maiores desafios da abordagem dos meios de vida, bem como da concepção de desenvolvimento enquanto qualidade de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou estabelecer um paralelo entre agricultores familiares produtores de tabaco em dois municípios: Arroio do Tigre, no Rio Grande do Sul e Laranjeiras do Sul, no Paraná. A partir dos resultados, visualiza-se que a heterogeneidade no espaço rural está presente mesmo quando o recorte analítico gira em torno de uma atividade produtiva. Apesar das diferenças socioeconômicas e demográficas, o meio rural dos municípios configura-se de forma semelhante no que diz respeito à heterogeneidade: produtores bem estruturados, organizados e com maquinários agrícolas e produtores em situação de risco e vulnerabilidade, com moradias precárias e unidades produtivas pouco estruturadas. Certamente, esse seja o ponto de maior inquietude, pois a diferenciação não está nas características dos municípios, nem na atividade agrícola, mas entre os meios e as condições de vida dos próprios produtores de tabaco.

Para além do aspecto produtivo, da relação tonelada/hectare, é preciso ter presente que os meios de vida dos agricultores, os recursos ou aquilo a que têm acesso, sofrem influência não só da variação econômica da fumicultura, mas também das relações sociais, das instituições e organizações atuantes em diferentes escalas e ao longo do tempo, das condições ambientais, das questões culturais, etc. Nesse sentido, buscou-se abordar não somente a renda do agricultor e a rentabilidade das culturas, que remete ao capital e efeito financeiros, mas entender também outros aspectos relacionados aos seus meios de vida, os quais foram captados por perguntas acerca dos ativos e efeitos naturais, humanos, sociais e físicos. Se as análises ficassem restritas apenas à dimensão financeira, não seria possível verificar as diferenças de recursos e percepções dentro de uma mesma atividade agrícola.

Do ponto de vista teórico e metodológico, entende-se que a abordagem das capacitações, aliada à abordagem dos meios de vida, pode trazer novos elementos às análises com uma perspectiva mais holística do que vem a ser o desenvolvimento. Atentar não somente para os meios (IMV), mas também para os fins (ICV), para aquilo que as pessoas têm e como elas percebem e utilizam o que tem para alterar ou manter sua condição de vida, torna-se fundamental para a adequação das políticas de desenvolvimento às diversas realidades rurais. O esforço despendido em captar a multidimensionalidade, tanto dos meios de vida quanto das condições de vida, não se restringindo à dimensão econômica, buscou evidenciar justamente as discrepâncias entre os intitamentos e capacitações das famílias em cada município.

Além disso, outro avanço reside na atenção prestada à percepção dos indivíduos entrevistados, uma vez que grande parte dos índices que propõem apreender a questão do desenvolvimento, mesmo que de forma multidimensional, são baseados em dados secundários e objetivos. Dessa forma, dificilmente seria possível captar a liberdade dos indivíduos em levar a vida que almejam, tal como é possível perceber por meio do ICV. O desafio a ser ultrapassado aqui é conseguir superar uma tendência à média dos resultados de aspecto subjetivos. Porém, vale mencionar que relacionar dados objetivos – o que foi possível por meio do instrumento que dá origem ao IMV – com a percepção – captada pelo ICV – mostrou-se como uma forma de minimizar, em alguma medida, essa questão.

Entre avanços, limitações e desafios, entende-se que a metodologia proposta é uma contribuição inicial às discussões sobre desenvolvimento humano, qualidade de vida e diversificação, trazendo elementos importantes na compreensão da diversidade de realidades no âmbito da agricultura familiar, em especial, a produtora de tabaco. Isto significa que, aos *policymackers*, especialistas e formuladores de políticas públicas para o desenvolvimento regional e rural, ou, mais especificamente, políticas para a diversificação das áreas produtoras de tabaco, compete considerar as diferentes realidades, a heterogeneidade do meio rural, adequando-se aos diferentes graus de diversificação, bem como às diferentes percepções que os produtores demonstram sobre suas condições de vida.

Compreender as estratégias desenvolvidas pelos indivíduos e/ou famílias com base em suas capacidades, conhecimentos e trajetórias locais, torna-se importante frente ao reconhecimento, por diferentes esferas e instâncias, de que o futuro do mundo rural será assentado pelo modo como os agricultores e demais atores vinculados ao rural serão capazes de gerir e explorar a diversidade que se expressa por seus ativos, em contrapartida às ideias de especialização decorrentes da Revolução Verde. Analisar a diversificação dos meios de vida, como já apontado por Ploeg (2008), possibilita fortalecer a base de recursos disponíveis aos agricultores e sua capacidade de luta constante por autonomia e liberdade frente a um contexto de hostilidade, vulnerabilidade, privação e adversidade.

REFERÊNCIAS

ARROIO DO TIGRE, Perfil. Disponível em: <<http://www.arroiodotigre.rs.gov.br/site/index.php/2013-10-24-00-53-36/perfil.html>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

BEBBINGTON, Anthony. Capitals and Capabilities: A Framework for Analyzing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty. *World Development*, vol. 27, nº 12; pp. 2021-2044, 1999.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. *IDS discussion paper*. Brighton: n. 296. p.1-33, 1992.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. A territorialidade dos projetos de assentamento federal (PA) no território Cantuquiriguaçu, estado do Paraná, *Geografia em questão*, v.06 n. 02, p. 199–220, 2013

CROCKER, David. Qualidade de Vida e Desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum. Lua Nova: *Revista de Cultura e Política*, nº 31, 1993.

DEPONTI, C. M.; SCHNEIDER, S.; A extensão rural e a diversificação produtiva da agricultura familiar em áreas de cultivo de tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano – RS. *Revista IDEAS*, Rio de Janeiro, n.2, p. 176–213, jul./dez. 2013.

DESER, Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais. *Tabaco: da produção ao consumo. Uma cadeia da dependência*. Curitiba: Act BR/Health Bridge, 2010.

ELLIS, Frank. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mapeamento das Unidades Territoriais*. 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_int.shtm?c=3> Acesso em: 28 mar. 2014.

_____. *Banco de Dados Agregados*. Sistema IBGE de Recuperação Automática. SIDRA. Disponível em:

<<http://sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1612&z=t&o=11&i=P>>. Acesso em: 25 out. 2014.

_____. *Mapa de Biomas e de Vegetação*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomas.html.shtm>>. Acesso em: 25 out. 2014.

_____. *Mapa de Clima do Brasil*. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/clima.pdf>. Acesso em: 25 out. 2014.

KAGEYAMA, Angela. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LARANJEIRAS DO SUL, *Geografia*. Disponível em: <<http://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/index.php>>. Acesso em 28 mar. 2014.

MATTE, Alessandra. *Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul*. 2013. 176f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

NIEDERLE, Paulo.; GRISA, Catia. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. *Cuadernos de Desenvolvimento Rural*, Bogotá, Colombia, 5 (61): 41–69, julho – dezembro de 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, 2013b. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/home/>> Acesso em: 17 out. 2014.

RAMBO, Anelise Graciele. *Análise escalar das dinâmicas territoriais de desenvolvimento e as contribuições da Nova Sociologia Econômica e Nova Economia Institucional: um estudo de experiências no noroeste gaúcho*. 2011. 284f. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico: (um manifesto não-comunista)*. 6 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SARTORELLI, Anderson, RAMBO, Anelise G.. Os meios e as condições de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco – um estudo no

município de Laranjeiras do Sul/PR, *Revista Extensão Rural*, Santa Maria, v.21, n.4, p.131–173, out./dez. 2014.

SCHNEIDER, Sergio. *Diversificação como estratégia de desenvolvimento rural: referências teóricas para construção de alternativas economicamente sustentáveis de diversificação da produção e renda em áreas de cultivo do tabaco no Brasil – subsídios à implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção–Quadro para Controle do Tabaco*. Porto Alegre, 2010a. (Relatório).

_____. *Subsídios técnicos ao Grupo de Trabalho para a Implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco*. Porto Alegre, 2010. (Relatório).

SCHNEIDER, Sergio.; FREITAS, Tanise. Qualidade de Vida, Diversificação e Desenvolvimento: referências práticas para análise do bem estar no meio rural. *Olhares Sociais*, n.2, p. 121–142, jan–jun. de 2013.

SCOONES, Ian. Livelihoods perspectives and rural development. *Journal of Peasant Studies*, v. 36, N. 1, January 2009.

SEPÚLVEDA, Sergio. *Gestión Del Desarrollo Sostenible en Territorios Rurales: métodos para la planificación*. San José, IICA, 2008.

_____. *Desenvolvimento sustentável microrregional: métodos para planejamento local*. Brasília: IICA, 2005.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, Kathleen Rodrigues Krüger da. *Diversificação Produtiva em Áreas de Tabaco: Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul*. 2014. 115f. Dissertação. (Programa de Pós–Graduação em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org) Tabaco. Sociedade e Território: Relações e Contradições no Sul do Brasil.. – 1ª Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

UBA, Daniel. *Agricultores Familiares e Diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco: o caso de Monte Castelo/SC*. Dissertação. 2014. 148f. (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

WAQUIL, Paulo D. *et al. Proposição do Índice de Condições de Vida*. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, SDT/MDA, 2007. (Relatório de pesquisa).

VARGAS, M.; OLIVEIRA, B. F. de. Estratégias de diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. *RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 1, p. 175-192, Jan/Mar 2012.

WESZ JÚNIOR, V.; LEITE, S. *Financiamento da política de financiamento territorial*. Relatório final. IICA/OPPA: 2010. Disponível em: <http://www.concope.gob.ec/redif/action/file/download?file_guid=1425>. Acesso em: 11 jun. 2014.

ZOTTI, Cleimary Fatima. *Meios de vida alternativos a cultura do tabaco nos municípios de Capanema e Planalto – PR*. 2010. 129f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 2010.

Submetido em 20/11/2015

Aprovado em 26/11/2015

Sobre os autores

Tanise Dias Freitas

Doutora em Sociologia – UFRGS; Bacharel e Mestre em Ciências Sociais (UFSM); Pesquisadora do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV/UFRGS).

Endereço: Av. Taquara, 129/12, B. Petrópolis. 90460-210 – Porto Alegre – RS – Brasil.

E-mail: tanise1208@yahoo.com.br

Anelise Graciele Rambo

Doutora em Desenvolvimento Rural – UFRGS, Docente do Departamento Interdisciplinar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-

Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Endereço: Rodovia RS 030 (Km 92) nº 11700 – Distrito de Emboaba. 95590-000 – Tramandaí – RS – Brasil.

E-mail: ane_rambo@yahoo.com.br

Anderson Sartorelli

Mestrando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Bacharel em Economia – UFFS.

Endereço: Av. Borges de Medeiros, 601/83, Centro Histórico. 90020-023 – Porto Alegre – RS – Brasil.

E-mail: anderson.sartorelli@hotmail.com